

## A realidade do PROEJA sob o olhar do Serviço Social

Josemara Henrique da Silva Pessanha

### Resumo

O presente artigo apresenta uma análise sobre a contribuição do profissional de Serviço Social no espaço escolar, destacando a intervenção junto aos alunos dos cursos de PROEJA implementados no Instituto Federal Fluminense *campus* Campos Guarus. Com o olhar investigativo e focalizado nas intervenções cotidianas, acrescentado de dados obtidos junto ao Registro Escolar da Unidade, este estudo trouxe como resultado alguns índices preocupantes de evasão escolar e repetência. Nesse sentido, procurou-se apresentar uma reflexão sucinta da análise da questão exposta.

**Palavras-chave:** PROEJA. Serviço Social. Evasão. Repetência.

### Considerações Iniciais

A garantia do direito à educação, conforme prevê a Constituição Brasileira de 1988, prescreve a universalização do acesso e a permanência na escola. No caso específico das políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos (EJA) no país, esse processo caminhou descontinuamente em relação ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.<sup>1</sup>

Ao longo da história, às políticas educacionais pouco priorizaram a educação de jovens e adultos, sendo esta alvo de programas e projetos aligeirados e fragmentados.

---

<sup>1</sup> As políticas de EJA não acompanham o avanço das políticas públicas educacionais que vêm alargando a oferta de matrículas para o ensino fundamental, universalizando o acesso a essa etapa de ensino ou, ainda, ampliando a oferta no ensino médio, no horizonte prescrito pela Carta Magna (BRASIL, 2006a, p. 5).

O caráter compensatório da educação na modalidade de jovens e adultos persistiu na cultura escolar, causando impedimentos para o avanço tanto na estrutura organizacional da escola quanto na vida profissional dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Para Di Pierro

[...] o paradigma compensatório acabou por enclausurar a escola para jovens e adultos nas rígidas referências curriculares, metodológicas, de tempo e espaço da escola de crianças e adolescentes, interpondo obstáculos à flexibilização da organização escolar necessária ao atendimento das especificidades desse grupo sociocultural. (DI PIERRO 2005, p. 1118).

A V Conferência Internacional de Educação para Adultos (CONFITEA), realizada em 1997, na cidade de Hamburgo, foi um marco na transição de paradigmas da educação. Neste evento, estabeleceu-se como meta o direito de todos à educação continuada ao longo da vida.

No caso brasileiro, esse consenso não ocorreu de maneira plena e homogênea, mas essa transição, mesmo que de forma lenta, vem sendo impulsionada pelo resgate da contribuição da educação popular, ao lado de mudanças no pensamento pedagógico e nas relações entre educação e trabalho na sociedade atual (DI PIERRO, 2005).

A emergência do conceito de “educação permanente” prevalece nos dias atuais, pois as mudanças no mundo globalizado, no mundo do trabalho, nas relações sociais indicam que os conhecimentos adquiridos durante o processo de escolarização na infância e juventude não contemplam totalmente as exigências advindas deste contexto social tanto na vida profissional quanto pessoal, etc.

A autora Di Pierro (2005, p. 1119) complementa este tópico sinalizando que

[...] a necessidade de aprendizagem ao longo da vida se amplia em virtude também da elevação da expectativa de vida das populações e da velocidade das mudanças culturais, que aprofundam as distâncias entre as gerações, as quais a educação de jovens e adultos pode ajudar a reduzir.

Esse movimento estratégico no âmbito da educação que se estruturou após a realização da CONFITEA trouxe para discussão as demandas emergenciais da EJA na atualidade.

Observa-se a real necessidade de políticas públicas que atendam esse público, estabelecendo superar alguns desafios, como: conclusão da

educação básica, elevação de escolaridade, inclusão na educação profissional, formação de qualidade, etc.

A proposta do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), por meio do Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006, visa atender esses aspectos e, enquanto política, imprimir um caráter de

[...] formação humana no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa (BRASIL, 2006b, p. 7).

Este tipo de formação pode proporcionar ao indivíduo um novo olhar sobre sua realidade na busca da efetivação de sua cidadania.

Entende-se que a proposta desse programa caracteriza-se como um avanço para a educação brasileira que, ao longo da história, pautou suas ações perpetuando uma estrutura “dual”, permitindo e alargando a exclusão de classe que vive do trabalho.

O PROEJA constitui-se como política pública que se dispõe a oferecer uma formação integral gratuita e igualitária. Para tanto, necessita estabelecer claramente uma proposta político-pedagógica específica, atentando-se para os sujeitos envolvidos nesse processo, principalmente, alunos e professores.

Seguindo essa lógica, são colocados para a instituição escolar alguns desafios, entre eles estão: o de trabalhar o conhecimento em articulação com a realidade social do aluno, essencialmente, suas dificuldades, problemas e necessidades sociais, entendendo este desafio também como uma forma de estreitar os laços entre a escola e a comunidade escolar.

Outro aspecto importante diz respeito às heterogeneidades e diversidades do público da educação de jovens e adultos, que implica a reflexão e o compromisso dos profissionais em lidar com esses sujeitos para identificar as diferenças e possibilitar a inclusão social no espaço escolar.

Nesse sentido, a necessidade de uma capacitação específica do professor atuante nos cursos do PROEJA também merece destaque, pois entende-se que este profissional que lida diretamente com o educando deve orientar seu trabalho na perspectiva de favorecer o processo de

aprendizagem desse público de perfil tão diferenciado.

A busca por uma educação igualitária, com vistas à emancipação dos sujeitos, está no topo da lista de desafios para a instituição educacional que implantou o PROEJA e que pretende contribuir para o aumento da qualidade e equidade no ensino.

Diante desse cenário, a reflexão proposta foi: como os profissionais da educação, especificamente, o Assistente Social, inseridos no espaço escolar, podem contribuir para a efetivação dos direitos dos estudantes do PROEJA?

Pensando nessa questão, serão apresentados a seguir alguns apontamentos acerca do tema.

### **Uma análise sobre a contribuição do Serviço Social na Escola**

O campo de trabalho do profissional de Serviço Social desde sua origem sempre foi vasto, mediante a complexidade das condições e relações sociais existentes ao longo da história.

Independente da área de atuação, o Assistente Social assume o compromisso de defender e lutar pela garantia dos direitos e busca contribuir para o crescimento social, político e cultural dos sujeitos.

O trabalho na educação, especificamente, exige do profissional de Serviço Social uma postura interventiva direcionada para

[...] o desenvolvimento do aluno – o despertar desse público como formadores de opinião, transformadores de seu cotidiano, responsáveis por seus atos, construtores de idéias inovadoras, questionadores de sua realidade e partícipes ativos de sua história (SOUZA, 2005, p.30).

Nesse sentido, a contribuição do Assistente Social no ambiente escolar concretiza-se a partir de sua dimensão educativa e política, visando proporcionar aos sujeitos as condições necessárias para efetivação de sua cidadania.

Os estudos sobre Serviço Social na Educação consideram que o trabalho realizado por esse profissional pode ter intervenções diversas e diferenciadas de acordo com as demandas que são apontadas nas unidades de trabalho.

O trabalho sócioeducativo do Assistente Social, de acordo com Torres (2009, p. 18), é

[...] uma prática essencialmente histórica, em que está presente a busca constante do conhecimento. Instaure-se tendo como referência às relações de saber e poder presentes na sociedade e “reproduzidas” no espaço organizacional. O usuário é identificado como um dos protagonistas do processo interventivo e não como um receptor dos serviços estabelecidos previamente pelo poder público ou mesmo pelas organizações nas quais o assistente social é contratado. Caracteriza-se por consolidar a visão da educação popular, em que o profissional atua tomando como referência os modos de vida da população usuária, possibilitando a realização de uma prática crítica, que se configura na sua concreticidade, criticidade e teleologia.

O atendimento social do profissional que realiza o trabalho sócioeducativo pode ser tanto individual quanto grupal e implica no reconhecimento das demandas apresentadas pelos indivíduos e na construção de respostas crítico-analíticas baseadas na realidade social dos sujeitos.

Rigo (2009) traz sua contribuição a este tema destacando o trabalho do assistente social enquanto mediador entre escola e sociedade. A autora enfatiza a questão da intervenção junto às famílias, com o objetivo de “promover a articulação escola/grupo de pais e responsáveis”. Nesse caso, o assistente social pode “facilitar o fluxo de demandas, críticas e sugestões provenientes das famílias, coletar dados e informações para subsidiar as reflexões dos professores e da coordenação pedagógica” (RIGO, 2009, p. 7).

Essas ações visam proporcionar a complementação do trabalho pedagógico, auxiliando o aluno e profissionais envolvidos no espaço escolar.

Nessa direção, Souza (2008) confirma esse tipo de trabalho, entendendo o Assistente Social enquanto profissional que atua junto à equipe pedagógica da escola na perspectiva interdisciplinar.

O profissional de Serviço Social atuando no campo da educação irá participar, orientar e construir com todos os que fazem a comunidade escolar. Seu trabalho será dentro da política educacional, com questões inerentes não apenas ao educando e suas famílias, mas, também, na formação permanente dos educadores, na elaboração e operacionalização do Projeto Político Pedagógico das escolas (SOUZA, 2008, p. 5).

Refletindo sobre o tipo de trabalho realizado pelo profissional de Serviço Social no ambiente escolar, conclui-se que o mesmo é relevante, tendo em vista as questões sociais presente neste espaço e, conseqüentemente, oriundas dos alunos.

No que se refere ao Serviço Social do Instituto Federal Fluminense (IFF *Campus* Campos Guarus), este se engajou na unidade escolar a partir do ano de 2008 implantando programas/projetos sociais e educacionais de acordo com as demandas apresentadas ao setor.

O Núcleo Social do IFF *Campus* Campos Guarus<sup>2</sup> foi criado com 1 (um) assistente social e 1 (um) psicólogo. As atividades profissionais direcionaram-se para um viés de cunho sócioeducativo e de prestação de serviços.

No caso do Serviço Social, a intervenção do profissional se pautou na implantação dos programas já executados no IFF *Campus* Campos Centro (antigo CEFET-Campos), que visavam atender as demandas que se apresentavam na instituição.

Os programas e ações assistenciais foram sendo implantados com o objetivo de atender e suprir as dificuldades do aluno que procurava o setor, e também de enfrentar os problemas de manutenção do aluno no ambiente escolar.

“O Assistente Social se fortalece no campo da educação por atuar em um espaço onde a diversidade humana, cultural e econômica estão presentes [...]” (SOUZA, 2005, p. 38). Nesse sentido, a estratégia foi a de tentar atender estas especificidades.

Atualmente, o Núcleo Social do IFF *Campus* Campos Guarus administra e/ou executa as seguintes atividades:

- Programa Bolsa de Trabalho (Apoio financeiro ao aluno com dificuldades socioeconômicas na perspectiva de possibilitar sua permanência na escola e estimular suas habilidades para o mundo do trabalho por meio de realização de atividades junto aos setores da instituição);
- Programa de Assistência ao Aluno do PROEJA (Apoio financeiro ao aluno na perspectiva de possibilitar sua permanência na escola e minimizar os índices de evasão);
- Programa Bolsa Petrobras (Apoio financeiro ao aluno na perspectiva de incentivar e aprimorar sua qualificação técnica, despertar o interesse pelo trabalho e evitar a evasão escolar);

<sup>2</sup> Em 2008, a Instituição ainda se chamava UNED-Guarus (Unidade de Ensino Descentralizada de Guarus).

- Programa Bolsa Família (Benefício Federal de transferência de renda concedido a famílias em situação de pobreza; O Serviço Social realiza o acompanhamento de frequência dos alunos que recebem o benefício federal);
- Apoio sócioeconômico (em casos de visita técnica);
- Assistência à alimentação (refeição diária);
- Encaminhamentos médicos, odontológicos e exames;
- Atendimento individual (ao aluno) e familiar;
- Participação nos conselhos escolares e nas reuniões de pais, entre outras.

Diante de atividades diversas, destaca-se, aqui, o *Programa de Assistência ao Aluno do PROEJA*.

De acordo com a sua regulamentação, este programa tem por objetivo contribuir para a permanência do estudante no curso do PROEJA, por meio de complementação das despesas de manutenção de seus estudos.<sup>3</sup>

A iniciativa da realização deste programa partiu da SETEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica)<sup>4</sup> quando elaborou um projeto denominado de “Inserção Contributiva”, e que, por meio deste, realizou-se um levantamento junto às Instituições Federais no qual foi detectado um alto índice de evasão nos cursos do PROEJA.

Sendo assim, a estratégia para fortalecimento da política e para superação deste fato foi à implantação do referido Programa nas Instituições da Rede Federal.

O Serviço Social, enquanto profissão envolvida nesse processo, buscou analisar esta relação: assistência x fenômeno da evasão escolar.

Investigando junto ao Registro Escolar do IFF *Campus* Campos Guarus informações a respeito das turmas do PROEJA no ano de 2008 e 2009, encontraram-se os seguintes dados:

**Tabela 1** – Dados Quantitativos das Turmas do PROEJA – Ano 2008

Ano: 2008	Curso: Meio Ambiente		Curso: Eletrônica			
	1º ano		1º ano		2º ano	
Matriculados	41	100,0%	48	100,0%	09	100,0%
Aprovados	19	46,5%	27	56,25%	07	77,0%
Reprovados	07	17,0%	09	18,75%	01	11,5%
Evadidos	15	36,5%	12	25,00%	00 <sup>5</sup>	0,0%

Fonte: Registro Escolar – IFF *Campus* Campos Guarus

<sup>3</sup> O aluno beneficiado recebe o valor de R\$ 100,00/mês.

<sup>4</sup> Ofício nº 2939/2008 SETEC/MEC

<sup>5</sup> Nesta turma do 2º ano do curso de Eletrônica houve 01 (um) trancamento de matrícula, correspondente a 11,5% do total de alunos da turma.

**Tabela 2** – Dados Quantitativos das Turmas do PROEJA – Ano 2009

Ano: 2009	Curso: Meio Ambiente				Curso: Eletrônica					
	1º ano		2º ano		1º ano		2º ano		3º ano	
Matriculados	49	100,0%	18	100,0%	41	100,0%	24	100,0%	07	100,0%
Aprovados	22	45,0%	15	83,3%	15	36,50%	19	79,2%	07	100,0%
Reprovados	18	36,7%	02	11,1%	13	31,75%	04	16,7%	00	0,0%
Evadidos	09	18,3%	01	5,6%	13	31,75%	01	4,1%	00	0,0%

Fonte: Registro Escolar – IFF *Campus* Guarus

A verificação e análise dos dados acima apresentados nos mostram que o fenômeno evasão atinge as turmas do PROEJA, principalmente, nas turmas de 1º ano, independente do curso em voga. Nota-se, também, que os índices de evasão nas turmas de 2º e 3º ano diminuíram expressivamente. Segundo Pacievitch (2009), a evasão escolar ocorre “quando o aluno deixa de freqüentar a aula, caracterizando o abandono da escola durante o ano letivo”.

Este é um fator preocupante na educação como um todo. No caso dos cursos do PROEJA faz-se necessário uma investigação com foco na identificação das possíveis causas e determinantes desse fenômeno (evasão), mais especificamente, junto aos alunos que ingressaram no 1º ano na instituição.

Por se tratar, em geral, de alunos trabalhadores, a conciliação do trabalho e estudo no cotidiano traz em seu bojo algumas consequências que, segundo Stoco (2010, p. 12), podem ser consideradas como alguns dos motivos que indicam a evasão no PROEJA:

jornada de trabalho extenuante, em alguns casos, superior às oito horas diárias; condições insalubres e penosas que exacerbam o cansaço físico e mental; baixa remuneração; falta de tempo livre para o estudo fora da sala de aula; turno/horário de trabalho incompatível com o horário escolar; assédio moral de empregadores; condições de desemprego ou subemprego; isso para citar apenas alguns problemas.

O Serviço Social frente à questão da evasão escolar não está imune e indiferente, ao contrário, esta análise sinaliza uma preocupação profissional e que requer a reflexão sobre os aspectos gerais e particulares sobre o assunto e como a escola pode enfrentar esse problema.

Por meio deste Programa de Assistência ao Aluno do PROEJA, o educando recebe o valor de R\$ 100,00 (cem reais) como ajuda de custo para suas despesas visando contribuir para sua permanência no curso. As indagações que surgem são: será que, efetivamente, esse benefício mantém o aluno do PROEJA no curso? Quais ações aliadas a esta poderia contribuir para a permanência do mesmo no espaço escolar?

Na tentativa de encontrar a(s) resposta(s) para estas perguntas, foi realizada uma pesquisa de avaliação junto aos alunos do PROEJA sobre a assistência estudantil durante os meses de agosto e setembro de 2010. Esta avaliação faz parte de uma solicitação advinda da SETEC<sup>6</sup> com o objetivo de avaliar e discutir sobre a continuidade do programa.

Foram pesquisados os alunos dos cursos do PROEJA (Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Eletrônica) matriculados em 2010. Tratou-se, aqui, de apontar a avaliação feita pelas turmas do 2º e 3º ano que já recebem a assistência desde 2008.

Dos alunos matriculados, 53 (cinquenta e três) foram pesquisados, perfazendo um total de 67%, incluindo as quatro turmas envolvidas. A partir desse dado, encontraram-se os seguintes números:

---

<sup>6</sup> OF Circular nº 106/2010-CGPEPT/DPEPT/SETEC/MEC.

**Tabela 3** – Resultado da Avaliação da Assistência nas Turmas do PROEJA – Ano 2010

	Avaliação da Assistência ao Estudante do PROEJA											
	Concordo totalmente		Concordo parcialmente		Indiferente		Discordo parcialmente		Discordo totalmente		Não respondeu	
1. A Assistência estudantil me estimula a prosseguir no curso.	34	64%	11	21%	7	13%	1	2%		0%		0%
2. Nunca recebi a Assistência estudantil.	8	15%	1	2%		0%	6	11%	38	72%		0%
3. A Assistência estudantil me ajuda a resolver algum problema financeiro que limita minha ida à escola.	29	55%	10	19%	5	9%	6	11%	3	6%		0%
4. O recurso da Assistência estudantil está chegando na data prevista.	2	3,8%	3	5,7%	4	7,5%	8	15,1%	36	67,9%		0%
5. Não preciso do recurso da Assistência estudantil.		0%	1	2%	1	2%	7	13%	43	81%	1	2%
6. Os critérios adotados pela instituição são coerentes quanto à distribuição da Assistência ao estudante do PROEJA.	12	23%	26	49%	7	13%	4	8%	4	8%		0%
7. Os critérios adotados pela instituição são claros quanto à distribuição da Assistência ao estudante do PROEJA.	20	38%	15	28%	10	19%	5	9%	3	6%		0%
8. Entrei no curso por causa da Assistência estudantil.	1	1,9%	3	5,7%	2	3,8%	2	3,8%	43	81,1%	2	3,8%
9. A Assistência estudantil do PROEJA contribui para inclusão social dos jovens e adultos no sistema educacional.	27	51%	15	28%	3	6%	2	4%	6	11%		0%
10. A Assistência estudantil é dispensável.	5	9%	2	4%	3	6%	3	6%	40	75%		0%

Fonte: Núcleo Social – IFF *Campus* Campos Guarús

A partir dessa avaliação feita pelos alunos sobre o recebimento da assistência estudantil, observou-se que a iniciativa da SETEC em criar esse Programa de Assistência foi positiva, porém o trabalho de manutenção e permanência do aluno na escola não termina nesta ação.

Pode-se destacar alguns índices que foram avaliados que sinalizaram a importância desse benefício na vida escolar do aluno. Primeiramente, 64% dos pesquisados apontaram que a assistência estudantil estimula a prosseguir no curso, ou seja, é um fator considerável e que mantém o aluno nos bancos escolares evitando a evasão.

No item 3, outra sinalização de destaque: 55% dos alunos pesquisados resolvem problemas financeiros que limitam sua ida a escola por meio do recebimento do referido benefício. Nesse caso, as possíveis despesas com transporte, lanche, material escolar, etc. são supridas e/ou amenizadas com a quantia recebida da assistência.

Esse tipo de assistência também contribui, segundo 51% dos alunos, para oportunizar a inclusão social dos jovens e adultos no sistema educacional, melhorando, de alguma maneira, sua realidade. Assim, o educando consegue manter-se no curso, ampliando seus horizontes na tentativa de melhorar sua condição de vida e de trabalho.

Por último, 75% dos pesquisados indicaram como indispensável a assistência estudantil. Portanto, é imprescindível a continuidade do programa para minimizar os altos índices de evasão e não perder de vista a busca de outras ações que complementem tal proposta.

O acompanhamento de uma equipe multidisciplinar no trato específico das demandas oriundas das turmas do PROEJA seria um passo importante para driblar os obstáculos que surgem no cotidiano.

O Serviço Social, nesse processo, pode assumir o compromisso de lutar em defesa da igualdade de direitos dos educandos, intervindo e

[...] desenvolvendo uma ação socioeducativa, distribuindo recursos materiais, atestando carências, realizando triagens, possibilitando o acesso aos serviços e benefícios sociais, esclarecendo os usuários sobre seus direitos, enfim, participando da criação e viabilização das condições para a sobrevivência material da classe trabalhadora, além de influir no modo desta classe pensar, viver e se posicionar. (SILVA, 2000, p. 120)

Na análise das Tabelas I e II, identificou-se outra questão nas turmas do PROEJA do IFF *Campus* Campos Guarus. O fenômeno da repetência atingiu, principalmente, as turmas do 1º ano em 2009. Neste caso, é possível citar, como hipótese, as condições insatisfatórias de ensino e aprendizado e, aliados a estas, os aspectos didático-pedagógicos aplicados.

Quando o fracasso escolar do aluno se concretiza no fenômeno da repetência temos, a priori, como consequência a evasão.

Para Bonadeo e Trzcinski (2006), os fatores responsáveis pelo fracasso escolar podem ser: pedagógicos, sociais, médicos e psicológicos.

Quanto aos fatores pedagógicos, salienta-se a importância da metodologia de ensino da escola, a qual deve despertar o interesse do aluno pelo aprendizado. Processos inadequados de ensino não despertam motivação pela aprendizagem. Os fatores sociais envolvem a dificuldade da escola em considerar as características externas do aluno, especialmente a condição familiar e cultural. Sem falar, ainda, que se criou, culturalmente, uma visão preconceituosa sobre os

alunos provenientes da classe subalterna, uma visão de que geralmente são alunos fracassados na aprendizagem. Dessa forma, passam a crescer sob tal ação negativa, perdendo o interesse pelo trabalho escolar. Aos fatores médicos e psicológicos, consideram-se as questões de saúde, problemas emocionais, instabilidade psicológica etc (BONADEO; TRZCINSKI apud FONTANA, 1994 p. 118-119).

A influência desses fatores ligados ao fracasso escolar incide no cotidiano dos educandos do PROEJA no *Campus* Campos Guarus, o que pode ser percebido nas falas dos alunos durante o atendimento social realizado:

“Eu dominava a matéria no colégio onde estudava, só que aqui eu ‘travo’, não consigo acompanhar o ritmo” (Aluno, 1º ano, curso: Eletrônica).

“Sofro uma pressão, quero melhorar minha condição financeira, da minha família, mas parece que estou vivendo um sonho, algo surreal” (Aluno, 1º ano, curso: Eletrônica).

O ritmo de estudos, os conteúdos das disciplinas, as exigências escolares, relacionamento com os professores, entre outros elementos, fazem parte de um cenário repleto de desafios. Os alunos que ingressam no instituto, principalmente, nos cursos do PROEJA, necessitam de muito esforço e essencialmente, de suporte profissional.

As limitações vivenciadas pelo discente associadas a sua luta pela permanência na escola perpassam questões para além do pedagógico. Este desafio remete aos profissionais da educação como um todo, professores, pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, gestores, enfim, uma equipe interdisciplinar que assuma o compromisso de desenvolver ações para efetivação do direito ao acesso e permanência na escola dos alunos, jovens e trabalhadores.

Investigar as características dos sujeitos matriculados nos cursos do PROEJA e fazer um levantamento de suas demandas no que diz respeito aos aspectos: a) pedagógicos (obstáculos no processo ensino-aprendizagem); b) sociais (problemas familiares, de ordem financeira, no trabalho ou a falta dele); psicológicos (déficit cognitivo e/ou comportamental, problemas emocionais) são ações que cabem à equipe multidisciplinar, para que ela

mesma possa administrar e promover alternativas na tentativa de garantir as condições necessárias ao educando, não somente de ingresso, como também de permanência e conclusão do curso do PROEJA.

## Considerações Finais

Procurou-se por meio das reflexões anteriores, pontuar algumas questões que se apresentam na realidade dos cursos do PROEJA no IFF *Campus* Campos Guarus, destacando o olhar do profissional de Serviço Social neste universo escolar.

Conhecer de forma mais apurada o cotidiano escolar do aluno do PROEJA propicia um fazer profissional refinado, atento às peculiaridades dos estudantes e suas demandas e anseios.

Foi com este objetivo que buscou-se refletir sobre a atuação do profissional de Serviço Social no IFF *Campus* Campos Guarus e aproximá-lo de problemas advindos de um contexto social mais amplo.

A equipe de trabalho é convocada diariamente a contribuir para a melhoria das condições dos alunos no espaço escolar, entendendo-os enquanto sujeitos de direitos e visando minimizar a sua exclusão da sociedade e da educação.

Cabe, aqui, indicar para discussão, a formação e a organização de uma prática escolar interdisciplinar que vise atender as especificidades do PROEJA com o objetivo de se cumprir a sua proposta inicial, enquanto política pública, que

[...] busca resgatar e reinserir no sistema escolar brasileiro milhões de jovens e adultos possibilitando-lhes acesso à educação e a formação profissional nas perspectivas de uma formação integral (BRASIL, 2006a, p. 2-3).

No âmbito educacional, a prática de assistência multidisciplinar voltada, especialmente, para o público do PROEJA é um trabalho pioneiro e que requer dos profissionais envolvidos um diálogo interativo, visando alcançar os objetivos intrínsecos ao programa.

Nesse sentido, a intencionalidade do profissional de Serviço Social junto à equipe multidisciplinar é de contribuir no desenvolvimento de ações em conjunto com os outros profissionais “a fim de detectar casos específicos relacionados às questões sociais que interferem na aprendizagem do aluno” (GOUVÊA, 2010, p. 10). E ainda pode atuar na

[,,] preparação do indivíduo para o seu auto-conhecimento e compreensão, como também a compreensão do outro, procurando torná-lo mais consciente de suas raízes através da descoberta das multiplicidades cultural e humana, e com capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento (SOUZA, 2005, p. 39).

A intervenção do Assistente Social no ambiente educacional pode ser considerada uma estratégia para o efetivo exercício da cidadania e contribuição para a inclusão social de adolescentes, jovens e adultos.

## Referências

BONADEO, L.; TRZCINSKI C. Fatores determinantes da evasão escolar: as dificuldades de acesso à educação profissional e as possibilidades de intervenções do serviço social. *Ciência e Tecnologia*, Brasília: Educação Profissional, v. 1, n. 1, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2001.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 5.840*, de 23 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF: 24 de junho de 2006b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA: *Documento base*. 2006a.

DI PIERRO, M. C. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. Campinas: *Revista Educação e Sociedade*, v. 26, n. 92, p. 1115-1139. Especial – out. 2005.

GOUVÊA, M. da C. M. O Serviço Social no Espaço Escolar. *O Serviço Social e a Política Pública de Educação*. Disponível em: <[http://www.andrequintao.com.br/arquivos/servico\\_social.pdf](http://www.andrequintao.com.br/arquivos/servico_social.pdf)>. Acesso em: 01 Dez./2010.

PACIEVITCH, T. *Evasão escolar*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/educacao/evasao-escolar/>>. Acesso em 29 nov.2010.

RIGO, R. M. dos S. *Serviço Social como mediador entre escola e sociedade: o papel do assistente social na educação*. Disponível em: <<http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/1955594.doc>>. Acesso em: 2 ago. 2010.

SILVA, M. L. L. da. Capacitação em serviço social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. In: \_\_\_\_\_. *Um novo fazer profissional*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. v. 04. p. 111-124.

SOUZA, I. *A área da educação é refletida como espaço de trabalho do (a) assistente social?* Disponível em: < <http://www.ts.ucr.ac.cr/eventos/br-cbass-con-10-po-12.htm>>. Acesso em 20 mar. 2008.

SOUZA, I. de L. Serviço Social e Educação: Uma questão em debate. *INTER-FACE*, Natal, v. 2, n. 1, p. 27-41, jan./jun. 2005.

STOCO, H. P. A educação de jovens e adultos trabalhadores no PROEJA: acesso e permanência no CEFET-BA. *Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama IFBA*, v.1, n. 1, ago. 2010.

TORRES, M. M. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e trabalho sócio-educativo. *Serviço Social em Revista*, Universidade Estadual de Londrina, v. 12, n. 1, jul./dez. 2009.

